

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015				
(Em Reais)				
ATIVO		PASSIVO		
	Nota	2016	2015	
Circulante		2.627.249	2.711.104	Circulante
Disponibilidades		8.773	6.905	Depósitos
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	170.284	183.394	Depósitos interfinanceiros
Aplicações em operações compromissadas		170.284	183.394	Depósitos a Prazo
Títulos e valores mobiliários	5	483.441	486.334	Obrigações por operações compromissadas
Títulos de renda fixa		482.816	486.334	Carteira de terceiros
Cotas de fundo de investimento		625	-	Recursos de aceites e emissão de títulos
Operações de crédito	6	1.808.532	1.849.765	Recursos de Letras Imo/Hip/
Financiamentos - Setor privado		1.392.647	2.012.735	de créditos e Similares
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(184.115)	(182.970)	Obrigações para empréstimos e repasses
Instrumentos financeiros derivativos	13	4.754	57.947	Obrig p/ Emprést e Repasses
Instrumentos Financeiros Derivativos		4.754	57.947	Outros valores mobiliários
Outros créditos	12	140.702	117.663	Instrumentos financeiros derivativos
Diversos		140.702	117.663	Outras obrigações
Outros valores e bens		10.763	9.096	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados
Bens não de uso		11.788	6.201	Fiscais e previdenciárias
Provisão para desvalorização		(3.920)	(2.171)	Diversas
Despesas antecipadas		2.895	5.066	Recursos a devolver - grupos encerrados
Realizável a longo prazo		2.247.470	2.340.311	Exigível a longo prazo
Títulos e valores mobiliários	5	634.498	607.233	Depósitos
Títulos de renda fixa		634.498	607.233	Depósitos interfinanceiros
Operações de crédito	6	1.268.453	1.400.254	Depósitos a Prazo
Financiamentos - Setor privado		1.440.004	1.469.932	Recursos de aceites e emissão de títulos
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(73.551)	(69.678)	Recursos de Letras Imo/Hip/
Instrumentos financeiros derivativos	13	7.729	57.417	de créditos e Similares
Instrumentos Financeiros Derivativos		7.729	57.417	Obrigações para empréstimos e repasses
Outros créditos	12	237.924	271.735	Obrig p/ Emprést e Repasses
Diversos		237.924	271.735	Instrumentos financeiros derivativos
Outros valores e bens		866	3.673	Instrumentos financeiros derivativos
Despesas antecipadas		866	3.673	Outras obrigações
Permanente		29.754	26.945	Diversas
Outros investimentos		6	6	Recursos pendentes de recebimento
Imobilizado de uso	8	5.797	7.577	Resultados de exercícios futuros
Outras imobilizações de uso		16.979	17.432	Resultados de exercícios futuros
(Depreciação acumulada)		(11.182)	(9.855)	Patrimônio líquido
Imobilizado de arrendamento	7	483	550	Capital Social
Bens arrendados		1.399	1.531	Reserva de Lucros
Depreciação acumulada		(916)	(981)	Lucros acumulados
Diferido	9	-	-	
Gastos de organização e expansão		9.815	9.815	
(Amortização acumulada)		(9.815)	(9.815)	
Intangível	10	23.468	18.812	
Software		43.007	31.289	
(Impairment acumulada)		(19.539)	(12.477)	
Total do ativo		4.904.473	5.078.360	Total do passivo
		4.904.473	5.078.360	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				
EXERCÍCIOS FIMDOS				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE				
FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016				
(Em Reais)				
		2º semestre		Exercício
	Nota	2016	2015	2015
Receitas da intermediação financeira		461.420	916.254	1.021.866
Operações de crédito		391.469	910.036	779.483
Operações de arrendamento mercantil		24	67	277
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		66.891	169.614	145.090
Resultado de instrumentos financeiros derivativos		(16.964)	(163.453)	97.016
Despesas da intermediação financeira		(237.893)	(534.581)	(562.208)
Operações de captação no mercado		(149.468)	(304.612)	(279.754)
Operações de arrendamento mercantil		(24)	(67)	(200)
Desp. de Obrig. por Empr. Rep.		(16.308)	(54.093)	(146.169)
Reversão/Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	(72.093)	(175.820)	(136.085)
Resultado bruto da intermediação financeira		223.527	381.673	459.658
Receitas de prestação de serviços		510.878	1.034.504	1.054.074
Renditas de taxa de administração de consórcios		471.432	958.774	955.993
Receita de prestação de serviços		39.446	75.730	98.081
Outras receitas/(despesas) operacionais		(512.792)	(975.582)	(951.573)
Outras despesas administrativas	22	(468.003)	(873.466)	(879.201)
Despesas de Pessoal		(11.911)	(24.948)	(22.880)
Despesas tributárias		(73.142)	(143.542)	(144.183)
Outras receitas operacionais	23	73.586	140.970	144.764
Outras despesas operacionais	24	(33.322)	(74.587)	(50.073)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		221.805	441.816	562.315
Imposto de renda	20a	(63.758)	(148.535)	(146.502)
Contribuição social	20a	(35.217)	(79.712)	(73.065)
Ativo fiscal diferido		4.792	64.874	38.201
Lucro líquido do período	3	127.622	278.443	380.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA -				
MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMDOS EM				
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE				
FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016				
(Em Reais)				
		2º semestre		Exercício
		2016	2015	2015
Lucro líquido do período ajustado		311.009	658.715	718.722
Lucro líquido do período antes do imposto de renda e contribuição social		221.805	441.816	562.315
Depreciações e amortizações		4.469	8.455	6.953
Resultado na alienação de imobilizado		-	-	9
Despesa com provisões contingentes		12.435	30.800	16.104
Constituição / (Reversão) de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		72.093	175.820	133.406
Constituição/(Reversão) da provisão para desvalorização BNDU		113	1.749	(210)
Reversão/despesa com provisões fiscais		10	8	-
Superavaliação/insuficiência de depreciação		24	67	145
Varição de ativos e obrigações		(50.312)	(171.030)	(594.840)
(Aumento)/redução em imposto de renda retido na fonte		(12.111)	(21.828)	-
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		27.400	(24.079)	-
(Aumento)/redução em operações de crédito		124.483	76.858	(186.757)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos		28.981	148.065	(122.809)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens		(6.802)	8.922	612
Aumento/(redução) em outras obrigações		(147.354)	(155.445)	(127.298)
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros		(891)	(2.896)	52.587
Imposto de renda e contribuição social pagos		(64.018)	(200.627)	(211.175)
Atividades operacionais - Caixa		260.697	487.685	123.882
Líquido proveniente/aplicado		4.277	4.866	2.391
Alienação de imobilizado de uso		(5.233)	(4.480)	(4.120)
Aquisição de imobilizado de uso		(3.540)	(11.718)	(5.602)
Aplicações no intangível		-	-	-
Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/aplicado		(4.496)	(11.332)	(7.331)
Distribuição de Lucros		(99.300)	(259.300)	(280.000)
Aumento/(redução) operações compromissadas		-	(4.996)	4.996
Aumento/(redução) em Obrigações por Empréstimos		(60.069)	(106.603)	-
Aumento/(redução) em depósitos		(133.702)	(104.723)	296.476
Aumento/(redução) em recurso de aceites e emissão de títulos		(12.751)	(11.679)	(87.264)
Atividades de financiamentos - Caixa líquido proveniente/aplicado		(305.822)	(487.301)	(65.792)
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa		(49.621)	(10.948)	50.759
Saldo de caixa e equivalentes no início do período		229.303	190.630	139.871
Saldo de caixa e equivalentes no final do período		179.682	179.682	190.630
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa		(49.621)	(10.948)	50.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016				
(Em Reais)				
		Reserva de lucros		Lucros acumulados
		Legal	Outras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		360.854	272.134	734.865
Lucro líquido do exercício		-	-	380.948
Destinações do lucro:				
Reserva legal		-	7.026	(7.026)
Distribuição de lucros		-	(50.000)	(230.000)
Juros sobre capital próprio		-	-	-
Reservas especiais de lucros		-	133.492	(133.492)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		360.854	29.033	1.440.808
Lucro líquido do exercício		-	-	278.443
Destinações do lucro:				
Reserva legal		-	2.530	(2.530)
Reservas especiais de lucros		-	48.069	(48.069)
Distribuição de lucros		-	(50.000)	(259.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		360.854	31.563	1.459.951
Saldo em 30 de junho de 2016		360.854	29.857	769.629
Lucro líquido do semestre		-	-	127.621
Destinações do lucro:				
Reserva legal		-	1.706	(1.706)
Reservas especiais de lucros		-	32.405	(32.405)
Distribuição de lucros		-	(99.300)	(99.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		360.854	31.563	863.140
				1.459.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Honda S.A. (Banco) autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações. A partir de setembro de 2012 o Banco iniciou as operações do produto Floor Plan que consiste no financiamento de veículos para as concessionárias. A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Leasing) autorizada a funcionar pelo Bacen iniciou suas atividades em 2000, tendo por objeto social a prática de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares em vigor, inerentes às modalidades de arrendamento mercantil, bem como a participação em outras sociedades. A Administradora do Consórcio Nacional Honda Ltda. (Consórcio) tem como objetivo social a constituição e administração de grupos de consórcio. Iniciou suas atividades em 1981, administrando grupos para aquisição de bens, principalmente de produtos da marca Honda. Para fins do atendimento da Resolução nº 4.280, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial. As demonstrações financeiras do exercício de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em 31 de janeiro de 2017.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras obedecem às disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 - Benefícios a Empregados).

a. Apuração do resultado
A apuração das receitas e das despesas do Banco e da Leasing obedecem ao regime de competência. Para a Leasing as receitas de arrendamento mercantil, são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil. No caso do Consórcio a taxa de administração devida pelos participantes dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do saqueamento, conforme disposições da Circular Bacen nº 2.381 de 18 de novembro de 1993 e a despesa de comissão decorrente de comercialização de cotas por terceiros é apropriada ao resultado pelo seu pagamento, conforme disposições da Carta-Circular do Bacen nº 2.598 de 27 de novembro de 1995.

b. Estimativas contábeis
Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. O Conglomerado revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

d. Ativo circulante e realizável a longo prazo
Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelas Sociedades para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa
As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Bacen, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda provável). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As reconhecidas de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme nota explicativa nº 6d.

Créditos tributários
Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias de cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável e acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 para intuições financeiras de acordo com a Lei 13.169/15.

Ativos contingentes
O Conglomerado Prudencial não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Conglomerado Prudencial não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Despesas antecipadas
As despesas antecipadas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito são registradas na abertura do crédito e apropriadas ao resultado pelo prazo dos contratos até dezembro de 2016. Com a divulgação da Circular Bacen nº 2.693/13, a partir de janeiro de 2016 as despesas de comissão são reconhecidas no ato de sua contratação.

Outros ativos
São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) auferidos e/ou ajustados aos valores de mercado ou de realização.

e. Ativo permanente
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:
• Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplem a vida útil econômica dos bens, sendo: sistema de processamento de dados, 20%; veículos, 20%; e demais equipamentos, 10%. No caso em específico da Leasing, quando de operações com uma pessoa jurídica há uma redução de 30% na referida vida útil, segundo determinado pela Portaria MF nº 140/84, 28,57% ao ano (vida útil de 42 meses).
• Diferido representado pelos seguintes itens:
Por gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo amortizado no prazo do contrato de locação do imóvel, com aquisições e desenvolvimento de sistemas é amortizado pelo prazo de cinco anos; e
Perdas de arrendamento, sendo a amortização das perdas de arrendamento mercantil reconhecida pelo prazo da vida útil remanescente dos bens arrendados.

Intangível representado por software contabilizado após a entrada em vigor da Carta-Circular Bacen nº 3.357, com vida útil definida e cuja utilização trará benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20%, com redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment), é reconhecida a perda se o valor de contabilização de um ativo exceder seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

f. Passivo circulante e exigível a longo prazo
Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:
• Imposto de renda: 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000 no exercício.
• Contribuição social: 15% sobre o lucro tributável, até o período de agosto de 2015 e 20% sobre o lucro tributável a partir do mês de setembro de 2015, de acordo com a Lei nº 13.169/15 para o Banco e mantendo 15% para a Leasing e 9% para a Consórcio.

Passivos contingentes e obrigações legais
Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. Para os processos classificados com perda possível, é realizada a divulgação dos valores. As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

Outros passivos
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base pro rata dia) incorridas.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DE CONSOLIDAÇÃO
Na elaboração das demonstrações financeiras do consolidado prudencial foram adotadas, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o COSIF, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro, instituído pela Circular nº 1.273/1987. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado em 31 de dezembro de 2016 abrangem as demonstrações financeiras do Banco líder do conglomerado

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)

15. RECURSO DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Letras Financeiras	2016	2015
Circulante	6.735	12.417
Exigível a longo prazo	-	5.996
	6.735	18.413

Letras Financeiras	2016	2015
De 91 a 360 dias	6.735	12.417
A vencer após 360 dias	-	5.996
	6.735	18.413

As letras financeiras são classificadas de acordo com seus vencimentos contratuais e foram efetivadas dentro da regulamentação vigente e com taxas de juros de acordo com as praticadas pelo mercado interbancário.

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S/A e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A, com segue:
 O saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 380.045 (R\$ 486.648 em 31 de dezembro de 2015) é composto por financiamentos acrescidos de variação cambial (dólar) para essas operações.

a. Composição das obrigações por empréstimos e repasses por valor de vencimento

Contrato	Valor referencial	Valor justo				Total	
		de 1 a 90 dias	de 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	2015	
Empréstimos e repasses	380.045	49.043	32.362	298.640	380.045	486.647	

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2016	2015
Recursos a devolver - Grupos encerrados	335.586	310.064
Fiscais e previdenciárias	94.963	104.311
Recursos pendentes de recebimento	15.548	61.879
Provisão para passivos contingentes	58.755	47.685
Comissão a pagar	30.487	38.296
Contas a pagar	33.681	20.036
Provisão para pagamentos a efetuar	12.695	-
Taxa de registro - alienação a pagar	6.660	6.073
Outras	2.341	2.943
Credores diversos - País	3.763	9.435
Valores a pagar as sociedades ligadas	3.587	4.470
Despesas de pessoal	1.671	1.855
Seguros sobre financiamento	1.462	2.896
Bonus a pagar	1.235	-
Credores por antecipação de valor residual	483	552
	602.917	610.495
Circulante	567.404	523.211
Realizável a longo prazo	35.313	87.284

A rubrica de "outras obrigações fiscais e previdenciárias" referem-se principalmente à provisão para imposto de renda e contribuição social e imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultado de exercícios futuros.

18. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

O Conglomerado é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos, cujos riscos de perda foram classificados como provável por nossos assessores jurídicos, com segue:

	2016	2015
Provisão para contingências cíveis	49.730	40.984
Provisão para contingências trabalhistas	8.484	6.241
Provisão para contingências tributárias	541	460
Total	58.755	47.685

a. Movimentação dos processos

	2015		Exercício 2016		Saldo final
	Saldo inicial	Adição	Utilização	Reversão	
Provisão para contingências cíveis (i)	40.984	38.252	(29.346)	(160)	49.730
Provisão para contingências trabalhistas (ii)	6.241	4.709	(185)	(2.281)	8.484
Provisão para contingências tributárias (iii)	460	82	-	-	541
Total	47.685	43.042	(29.531)	(2.441)	58.755

(i) Refere-se a ações judiciais movidas contra o Banco que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de crédito, sendo em sua maior parte do juízo especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo das contingências cíveis da Consórcio era de R\$ 34.423 (R\$ 25.174 em 31 de dezembro de 2015) referente a ações movidas contra a Consórcio, que tem como objeto discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de consórcio, sendo em sua maior parte, do juízo especial cível, e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

(ii) Refere-se a processos trabalhistas em sua maioria a ações ajuizadas por ex - empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações relativas às reclamações de direitos trabalhistas.

(iii) Refere-se a processo tributário sobre a diferença do índice de contribuição do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) com o Banco e também ao processo tributário sobre IPVA com a Leasing.

A Consórcio mantém o montante para processos judiciais tributários, cujo valor encontra-se integralmente provisionado no montante de R\$ 192 (R\$ 154 em 31 de dezembro de 2015).

O Conglomerado não possui outros processos judiciais cujos riscos de perda tenham sido classificados como possível pelos seus assessores jurídicos.

19. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente o valor de R\$ 6.339 (R\$ 8.973 em 31 de dezembro de 2015), que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamento, líquidas dos impostos.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Resultado antes da tributação	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias	441.816	441.816	562.315	562.315
Insuficiência de Depreciação	67	-	200	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	175.820	175.820	136.085	136.085
Provisão para contingências	43.043	43.043	28.940	28.940
Cadin ipva	83	83	55	55
Desvalorização de BNDU	2.172	2.172	2.698	2.698
Outras adições	177.719	177.719	95.046	95.046
Exclusões				
Superveniência de Depreciação	(17)	-	(55)	-
Créditos irreperáveis	(58.353)	(58.353)	(35.761)	(35.761)
Reversão de Prov. Arr. Mercantil	-	-	-	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(21.971)	(21.971)	(24.924)	(24.924)
Reversão/utilização da provisão para contingência	(31.973)	(31.973)	(31.822)	(31.822)
Reversão de Desvalorização BNDU	-	-	(2.908)	-
Juros de capital próprio	-	-	-	-
Cadin ipva	(2)	(2)	(3)	(3)
Outras exclusões	(132.461)	(132.461)	(132.626)	(132.626)
Depreciação de ctos.Atraso Imobilizado	(92)	(92)	(284)	(284)
Lucro Líquido Acumulado Antes do IRPJ	595.851	595.801	596.956	596.811
Compensação Prejuízo Fiscal Períodos Anteriores	(394)	-	(247)	-
Valor-base para tributação	595.457	595.801	596.709	596.811
Alíquota-base	89.303	79.712	89.506	72.838

...continuação

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Alíquota adicional	59.477	-	59.599	-
Incentivo	(3)	-	(2.730)	-
PAT	(242)	-	(216)	-
Despesa de IRPJ e CSLL no exercício	148.535	79.712	146.159	72.838
Despesa de IRPJ e CSLL no exercício	148.535	79.712	146.159	72.838

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social combinado

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL devidos no exercício	148.535	79.712	146.502	73.065
Realização do crédito tributário diferido	49.711	59.613	44.559	30.998
Constituição do crédito tributário diferido	(85.395)	(88.804)	(53.078)	(60.680)
Total IR e CSLL Diferido	112.851	50.521	137.983	43.383

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	257.666	257.666	232.648	232.648
Provisão para contingências	58.754	58.754	47.685	47.685
Créditos baixados como prejuízo	411.595	411.595	340.514	340.514
Depreciação de contratos em atraso	865	865	959	959
Outros	57.213	57.213	52.564	52.564

Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	786.093	786.093	674.370	674.370
Total do crédito tributário	196.523	144.190	168.592	121.201

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica "outros créditos - diversos" no circulante e no realizável a longo prazo.

d. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Primeiros cinco anos					Total
	2017	2018	2019	2020	2021	
Imposto de renda	29.014	31.387	2.265	1.092	657	64.415
Provisão para operações de crédito	2.019	2.557	412	300	220	12.528
Provisão para contingências	21.865	63.356	195	17.504	-	102.900
Créditos baixados como prejuízo	980	-	-	-	-	980
Desvalorização - BNDU	738	1.363	-	-	-	2.101
Ações trabalhistas	-	133	-	-	-	133
Gravame	13.300	150	11	5	-	13.466
Outros	74.936	98.926	2.883	18.901	877	196.523

Primeiros cinco anos

	Primeiros cinco anos					Total
	2017	2018	2019	2020	2021	
Contribuição social	23.211	25.110	1.359	655	395	50.730
Provisão para operações de crédito	4.218	1.652	148	107	79	6.204
Provisão para contingências	17.432	50.669	119	10.502	-	78.782
Créditos baixados como prejuízo	784	-	-	-	-	784
Desvalorização - BNDU	591	1.090	-	-	-	1.681
Ações trabalhistas	-	107	-	-	-	107
Gravame	5.770	120	9	3	-	5.902
Outros	52.066	78.748	1.635	11.267	474	144.190

O valor presente destes créditos tributários no montante de R\$ 270.764 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 200.182 em 31 de dezembro de 2015), considera a taxa Selic de 13,75% a.a.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:
 A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.

A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 31 de dezembro de 2016 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em cada uma das entidades do conglomerado, expectativa de recuperação dos créditos baixados como prejuízo, vencimento da carteira de crédito e o desfecho das provisões para contingências que são de: 14,49% no ano de 2017; 24,97% no ano de 2018; 0,56% no ano de 2019; 4,22% no ano de 2020; 0,15% no ano de 2021. Essas estimativas serão revisadas anualmente.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em cada uma das entidades do conglomerado, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias de cada entidade e indicadores econômico-financeiros.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social é de R\$ 360.854 (R\$ 360.854 em 31 de dezembro de 2015), representado por 39.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integradas por acionistas domiciliados no país;

b. Reserva legal

Para o Banco e para a Leasing é constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do capital social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º), o saldo aglomerado para data base era de R\$29.033.

c. Dividendos

De acordo com deliberação em reunião dos sócios-quotistas, foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 209.300 (R\$ 230.000 no exercício de 2015) e no período de 2016 pela Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. e R\$ 50.000 (R\$ 50.000 no exercício de 2015) pelo Banco para a acionista Honda South América Ltda.

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	Exercício 2015
Serviços de terceiros (i)	(170.293)	(604.845)
Despesas financeiras	(46.084)	(43.971)
Despesas de comissão (ii)	(386.533)	(59.281)
Despesas comerciais	(133.610)	(79.205)
Despesas comunicações	(28.433)	-
Serviços técnicos especializados	(12.158)	(12.189)
Despesa de serviços do sistema financeiro	(4.905)	(5.899)
Despesa de cartório	(45.717)	(3.842)
Despesa de processamento de dados	(14.689)	(2.554)
Despesa de amortização	(6.371)	(25)
Honorários advocatícios	(16.972)	-
Despesa de seguro	(71)	-
Despesa com propaganda/publicidade	(62)	(624)
Despesa de promoções e relações	(323)	(4.879)
Outras despesas administrativas	(7.245)	(61.887)
	(873.466)	(879.201)

(i) Basicamente serviços contratados para consultorias

(ii) Basicamente pagamento de comissões de venda

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	Exercício 2015
Reversão/utilização de outras provisões operacionais (Nota 18a)	33.357	27.623
Reversão de provisões diversas	4.404	14.691
Recuperação de Crédito baixado prejuízo	17	-
Reversão de desvalorização BNDU	3.753	2.908
Receita s/Reemb.Reg.Contrato com Trib.	32	-
Reversão Proc Trabalhista	101	-
Reembolso de despesa BNDU	4.516	2.475
Outras receitas operacionais	176	1.049
Reembolso Sincf e Gravame	45.477	42.840
Multa Compensatória - CNH	49.137	53.178
	140.970	144.764

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	Exercício 2015
Provisão para contingências	(13.710)	(26.027)
Desvalorização de BNDU	(5.502)	(2.698)
Desconto concedido	(2.139)	(3.934)
Ações trabalhistas	(96)	-
Indenização ações contrárias	(30.278)	(2.879)
Despesas com despachante	(3.894)	(1.500)
Varição monetária passiva	(2.201)	-
Campanha de cobrança	(4.137)	(2.943)
Prejuízos com consórcio	(12.305)	(5.554)
Outras	(335)	(4.538)
	(74.597)	(60.073)